“0 mercado voluntário de carbono em Portugal pode desviar-nos de uma verdadeira ação climática”, alerta ZERO

10 de Janeiro, 2024

Depois de aprovado o Decreto-lei que aprova o **mercado voluntário de carbono em Portugal** e as suas regras de funcionamento, a **associação ZERO** vem alertar que o projeto continua “sem garantias credíveis de permanência e sem grandes esforços no sentido de aumentar a ambição climática”.

Neste sistema, organizações, nomeadamente empresas, podem comprar créditos de carbono como forma de compensar voluntariamente as suas emissões de carbono. Estes créditos, teoricamente, representam a remoção dessas emissões através de projetos desenvolvidos por promotores.

A ZERO considera ser crucial que os objetivos e compromissos climáticos assumidos por Portugal sejam alcançados independentemente da criação do mercado voluntário de carbono, pois só assim será possível salvaguardar efetivamente o princípio da adicionalidade. Isto implica que os projetos de mitigação e sequestro de carbono potenciem a redução e remoção de emissões para além das metas estipuladas: “só assim o MVC português poderá trazer valor acrescentado e ser um mecanismo eficaz na estabilização do clima, não só no contexto da neutralidade climática até 2045, mas na perspetiva mais alargada de antecipar essa data e limitar o aquecimento global a 1,5°C até ao final do século”, pode ler-se no comunicado enviado à imprensa

O Decreto-lei ainda **anteve a opção de aquisição de créditos de carbono futuros** emitidos com base num potencial de redução de emissões de gases de efeito de estufa (GEE) ou de sequestro de carbono previstos para o período de duração dos projetos e esta opção é “particularmente gravosa, já que assenta em remoções possíveis e não efetivas”, e ascende aos 20% da totalidade dos créditos, por oposição aos 10% previstos anteriormente.

“Este decreto-lei continua a associar medidas de sequestro temporário de carbono a políticas de mitigação das alterações climáticas, o que não só não é correto cientificamente, como pode induzir em erro os participantes nestes mercados, levando-os a pensar que podem ser menos ambiciosos nas suas metas de redução de emissões, porque têm a possibilidade de compensar emissões plantando árvores. Este é, sem dúvida, um sinal errado, sobretudo numa altura em que precisamos urgentemente de acelerar o processo de descarbonização e de redução de emissões”, diz ainda a organização ambientalista, que defende a contratação obrigatório de um seguro para garantir, qualificar e incentivar os projetos e os promotores a minimizar ao máximo o risco de reversão.